

Capítulo 1 – Panorama Histórico do Timor Leste

1.1- A colonização portuguesa

Desde o período quinhentista, a ilha de Timor já era freqüentada por navegadores e comerciantes portugueses interessados no lucrativo comércio de sândalo. Líderes timorenses da costa trocavam o sândalo trazido das montanhas do interior por armas portuguesas, tecidos e instrumentos de ferro.

No começo, a influência dos portugueses sobre os timorenses era pequena, uma vez que a maior parte dos habitantes da ilha morava em pequenos vilarejos no interior, onde predominava uma agricultura de subsistência e religiões animistas. No entanto, no final do século XVI, frades dominicanos portugueses estabeleceram uma missão no principal porto para o sândalo, e, algum tempo depois, os Topasses, ou portugueses negros (descendentes de soldados, marinheiros e negociantes portugueses e mulheres das ilhas vizinhas) começaram a se estabelecer na ilha. Com isso, a cultura portuguesa foi sendo difundida na região (SANTANA, 1997).

Pouco tempo depois, a ilha também foi palco da rivalidade luso-holandesa pelo controle do comércio de especiarias no Sudeste Asiático. A disputa foi solucionada através de vários acordos, que culminaram com o tratado de 1859, que consagrava a divisão entre um Timor Ocidental holandês - centrado em Cupang - e um Timor Oriental português - com capital em Dili - a que se juntavam o enclave de Oecussi, a ilha de Ataúro e a ilha de Jaco (SILVA, 2000).

Durante os primeiros 300 anos de colonização, Portugal deu pouca atenção ao Timor Leste e interessou-se mais por suas outras colônias. No final do século XIX, o quadro começou a mudar em função do interesse de Portugal em aumentar seu poder econômico e defender suas colônias de países que expandiam seus impérios, como Inglaterra, Alemanha e França.

Buscando em suas colônias uma fonte de renda, Portugal começou a tentar gerar no Timor Leste um desenvolvimento econômico e social. Essa mudança, entretanto, se pautou, em alguns momentos, em táticas opressoras como “o cultivo

forçado de colheitas comerciáveis, trabalho forçado para a construção da infraestrutura no território e a cobrança de impostos por cabeça” (SANTANA, 1997).

Portugal também começou a cultivar uma elite nativa urbana para o preenchimento dos novos cargos administrativos, frente às necessidades que estavam sendo geradas pelo desenvolvimento. Apesar desses esforços, o Timor Leste nunca chegou a ser uma real fonte de vantagens econômicas para a sua metrópole.

Esses modestos esforços de modernização do Timor Leste foram interrompidos durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar dos protestos de Portugal, que permanecia neutro, os aliados ocidentais, ao declararem guerra ao Japão, começaram a utilizar a ilha de Timor como linha de defesa contra o avanço japonês em direção à Austrália. O Japão, no entanto, invade a ilha e rapidamente expulsa os holandeses da parte ocidental. Na parte oriental, timorenses e militares australianos conseguiram resistir durante quase um ano às investidas japonesas. Mas, em janeiro de 1943 o Japão já controlava toda a ilha.

Ainda sob ocupação japonesa, em 17 de agosto de 1945, os indonésios declararam a sua independência. Embora os japoneses tivessem se rendido dois dias antes, as tropas aliadas ainda não tinham reconquistado as Índias Orientais Holandesas.

Enquanto a Holanda se esforçava para recuperar o controle das Índias Orientais, – cuja independência só viria a ser aceita quatro anos depois, em 1949 – Portugal reafirmava, sem dificuldades, o total controle do território do Timor Leste. Ou seja, enquanto a parte ocidental da ilha passava a ser incluída na soberania indonésia, a parte oriental permanecia sob domínio português.

“O subdesenvolvimento, com a conseqüente inexistência de uma elite intelectual timorense, a falta de quadros e de um verdadeiro sentimento nacionalista, ligados à forma própria de relacionamento das autoridades portuguesas com os liurais, reis locais timorenses, num quadro que se mantinha muito próximo do “feudalismo” tradicional no território, terá sido um factor importante para um retorno, quase sem dificuldades, da administração portuguesa. Outro factor terá sido o facto de a maior parte dos residentes portugueses terem também sofrido com a ocupação” (MAGALHÃES, 1999, pp.38-39).

1.1.1- A Metr pole Portuguesa e a ONU

Na medida em que Portugal se torna membro das Na es Unidas em dezembro de 1955, as críticas   política da metrópole portuguesa com rela ao às suas colônias começam a se basear na autoridade da própria Carta das Na es Unidas¹.

Logo após a admissão de Portugal, o Secretário-Geral da ONU envia uma nota ao governo português o questionando sobre o enquadramento dos territórios sob sua administra o nos termos no artigo 73 da Carta. Este artigo, que faz parte do capítulo XI, intitulado “Declara o relativa aos territórios não aut nomos”, estabelece que “os membros das Na es Unidas que têm ou assumem responsabilidades pela administra o de territórios cujos povos ainda não atingiram uma forma completa de auto-governo”, teriam a obriga o de transmitir regularmente ao Secretário-Geral, a título de informa o, dados relativos às condi es sociais, políticas, econ micas e educacionais dos territórios pelos quais são responsáveis. Segundo a Carta, essas metrópoles deveriam estimular o desenvolvimento do auto-governo e ajudar na promo o de institui es políticas livres, visando superar a dependência a fim de inserir um novo Estado soberano no sistema internacional.

O governo português, em resposta ao Secretário-Geral, afirmava não administrar territórios não-aut nomos, ou seja, não possuir colônias. Os seus territórios ultramarinos eram considerados parte integrante do Estado português de acordo com a sua Constitui o política.

Entre 1955 e 1960, Portugal conseguiu contornar a incongruência entre sua política colonial e os princípios presentes na Carta da ONU. Todavia, em 1960, três resolu es aprovadas pela Assembléia Geral incidiam sobre a política ultramarina portuguesa: as resolu es 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) (MAGALHÃES, 1996).

A resolu o 1514 (XV) condenava em termos genéricos todos as formas de colonialismo, declarando que todos os povos tinham direito   auto-determina o. A resolu o seguinte, a 1541 (XV), determinava a obriga o de comunicar   organiza o as informa es referidas na alínea e) do artigo 73 da Carta².

A resolução 1542 (XV) definiu o estatuto internacional do Timor Leste. Este, juntamente com as outras colônias portuguesas, foi considerado pela Assembleia Geral como território não-autônomo, nos termos do capítulo XI da Carta das Nações Unidas. O artigo 73 desse capítulo indicava que o estatuto desses territórios adquiria uma dimensão particular, pois transitava de um problema interno (a administração de territórios cujos povos ainda não se governam completamente a si próprios) para um problema internacional, uma vez que passava a ser competência da comunidade internacional, no geral, e da potência administrante, em particular, o dever “de promover e de respeitar o princípio do primado dos interesses dos habitantes desses territórios (...)” (SILVA, 2000, p.364).

Esta resolução considerava que o governo de Portugal tinha a obrigação de comunicar, sem demora, as informações contempladas no capítulo XI da Carta. O governo português contestou a validade dos princípios estabelecidos nas resoluções 1541 (XV), e, especialmente, da 1542 (XV), reafirmando que os territórios ultramarinos portugueses não poderiam ser considerados como territórios não-autônomos nos termos da Carta. Em função disso, Portugal não repassou informações sobre o Timor Leste à ONU entre 1960 e 1974 (MAGALHÃES, 1996).

Só a partir de 1974, com a Revolução dos Cravos³ e a transição democrática, é que Portugal inicia o processo de descolonização e acata a resolução da ONU, passando a considerar o Timor Leste como território não-autônomo sob sua administração.

1.2- Portugal e o Processo de Descolonização

Durante os anos de colonização, o Timor Leste nunca foi uma grande fonte de preocupação para Portugal. Diferentemente de Angola, que era considerada a “jóia da coroa do Império Português”, o território do Timor Oriental foi, em parte, negligenciado pelos colonizadores em função de sua distância com relação à Lisboa (cerca de 16 mil quilômetros), de sua economia incipiente, da ausência de pessoal metropolitano e da inexistência de algum tipo de resistência armada à presença portuguesa.

Embora o governo português considerasse como sendo da essência de sua “Nação” a função histórica de colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações neles residentes, são as próprias autoridades portuguesas que constatarem que, com relação ao Timor Leste, a presença portuguesa produziu “poucas transformações no caminho do progresso” (CUNHA, 2001).

Durante o período de descolonização, iniciado logo após a Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974), o território continuou relegado a um segundo plano. Só em novembro de 1974 é que Lisboa nomeou um novo governador e comandante-chefe para o Timor Leste, o coronel Mário Lemos Pires. Este chegou à região quase sete meses após o 25 de abril e bem depois da saída do seu antecessor⁴. Antes de partir de Portugal, ele procurou o então presidente Costa Gomes para se esclarecer sobre o tipo de política de descolonização que deveria ser realizado, e este lhe afirmou ainda não ter tido tempo de estudar o caso específico do Timor e que uma das missões do governador seria exatamente a de observar os acontecimentos na região e propor formas de ação (CUNHA, 2001).

A lei 7/75 promulgada em julho de 1975, que pretendia regular o processo de descolonização, se mostrou insuficiente. Embora os mecanismos, fases e cronogramas parecessem ideais, na prática dependiam de uma série de condições que incluía coesão política e alguma unanimidade na adoção de medidas nos campos político, social, econômico e administrativo: um processo demorado que implicava também a preparação de elites para o exercício do poder e a criação de patamares mínimos para a sobrevivência autônoma de uma sociedade (CUNHA, 2001).

O processo de descolonização no Timor Leste foi dificultado em função da situação de instabilidade em Lisboa. A própria metrópole vivia a sua “luta de

libertação nacional”. O Movimento das Forças Armadas auto-intitulava-se Movimento de Libertação Nacional do Povo Português, assim como acreditava que a independência nacional passaria por um processo de descolonização interna. Além disso, o caráter histórico e geograficamente marginal do Timor Leste, assim como a prioridade atribuída às colônias africanas – em função de interesses econômicos e de proteção ao contingente metropolitano – fadaram ao fracasso o plano de descolonização na região.

1.2.1- Portugal, Indonésia e Os Partidos Políticos Timorenses

Em maio de 1974, logo após o início do período de descolonização, já começam a se consolidar associações políticas timorenses, dentre as quais três se destacam: a União Democrática Timorense (UDT), a Associação Social-Democrata Timorense (ASDT) e a Associação Popular Democrática Timorense (Apodeti).

A UDT, fundada em 11 de maio de 1974, defendia a autonomia progressiva do Timor Leste e a manutenção de vínculos com Portugal. A ASDT, criada em 20 de maio de 1974, se dividia em duas correntes. Uma mais moderada e defensora dos ideais da social-democracia e outra mais “radical”, que, em 11 de setembro de 1974, se transforma na Frente Revolucionária de Timor Leste Independente (Fretilin) e busca apoio popular para a luta pela independência. A Apodeti, criada em 27 de maio de 1974, com apoio das autoridades indonésias, era a favor da integração do Timor Leste à Indonésia (CUNHA, 2001).

A Fretilin exigia do governo português a independência imediata. Membros do partido abandonavam Dili e partiam para as áreas rurais para ensinar as populações das aldeias a ler e escrever em tétum, estabelecer cooperativas agrícolas, organizar sindicatos e promover a cultura local. Em função disso, o partido se torna, já no início de 1975, o mais popular de todos.

Em outubro de 1974, Portugal e Indonésia iniciaram conversações sobre a descolonização do Timor Leste. Embora os dois países seguissem caminhos politicamente opostos⁵, nenhum dos dois considerava seriamente a viabilidade da independência de Timor, permanecendo como opções a integração na Indonésia

ou a permanência do vínculo com Portugal, com um estatuto de autonomia (CUNHA, 2001).

Ainda nesse mês (outubro de 1974), a Indonésia implementou a *Operação Komodo*, com o objetivo de anexar o Timor português o mais depressa possível. Essa operação foi dirigida pelo serviço secreto indonésio e teve duas frentes de atuação na sua primeira fase. Em primeiro lugar, uma frente (dirigida pelo general Ali Murtopo) buscava obter o apoio internacional para a anexação. Incluía visitas de uma delegação, geralmente presidida pelo próprio Ali Murtopo, a diferentes países para realizar contatos com os seus respectivos governos. Incluía também a divulgação internacional de notícias falsas sobre o “perigo comunista” e a “instabilidade” supostamente existente no Timor Leste. Em segundo lugar, uma frente local visava obter o apoio da população timorense à integração. (MAGALHÃES, 1999).

Os resultados dessa primeira fase da *Operação Komodo* foram contraditórios. No plano internacional, foram bastante favoráveis à anexação, em função do clima de pânico dos governos ocidentais frente ao avanço comunista na Indochina e em outras partes do mundo. Até mesmo em Portugal, a idéia de integração encontrou boa receptividade. Entretanto, as autoridades portuguesas sempre ressaltaram a necessidade de se respeitar a vontade da população do Timor Leste. Já com relação ao povo timorense, os resultados foram péssimos. Pouquíssimos timorenses aderiram a idéia da integração. Em função disso, no final do ano de 1974, a *Operação Komodo* passou a incluir uma componente violenta de operações de desestabilização e de terror, por um lado, e a preparação para a invasão militar, por outro lado (MAGALHÃES, 1999).

Em janeiro de 1975, UDT e Fretilin se coligavam, em nome do repúdio que ambos tinham com relação à possível integração do Timor Leste à Indonésia. Em maio, a UDT, a Fretilin e o Movimento das Forças Armadas de Portugal concordaram com o estabelecimento de um governo de transição até outubro e que as eleições pra uma assembléia nacional constituinte deveriam ser realizadas no outono de 1976.

Em fevereiro de 1975, os militares indonésios já realizavam exercícios em Sumatra, simulando um ataque por ar e mar ao Timor Leste. Logo depois desse episódio, a Indonésia começa a divulgar relatórios falsos sobre um suposto golpe

planejado pelo MFA e a Fretilin, com perseguições aos membros da Apodeti (SANTANA, 1997).

A *Operação Komodo*, assim como a crescente popularidade da Fretilin, enfraqueceu a coalizão UDT-Fretilin. O governo da Indonésia convenceu os membros mais conservadores da UDT de que, “se fosse permitida a permanência de esquerdistas na coalizão, isto resultaria em isolamento internacional” (SANTANA, 1997, p.31).

Em março de 1975, Portugal e Indonésia realizam uma segunda rodada de conversações. Portugal propõe uma transição gradual de cinco a oito anos e insiste na necessidade de terminar o processo com um ato de auto-determinação. Novamente, Portugal deixa claro não ser contra a integração do Timor Leste à Indonésia, todavia, enfatiza a necessidade de respeito à vontade da população da região. O governo português ressaltava que, se não era possível a realização de um acordo naquele momento, o problema deveria ser internacionalizado. Jacarta obviamente se opõe a essa solução.

Em abril de 1975, o então governador português do território, coronel Lemos Pires, buscava preparar uma reunião com os três partidos timorenses para definir um estatuto orgânico para o Timor, assim como acordar etapas para o processo de descolonização. Essas negociações foram perturbadas pelo rompimento da coalizão Fretilin-UDT, em 27 de maio de 1975, por iniciativa da UDT, que começava a adotar uma posição claramente anticomunista.

Em 25 de junho, ocorre uma reunião em Macau para a definição do estatuto orgânico do Timor Leste. A Fretilin resolve não participar. O corolário da reunião foi a promulgação por Portugal, em 11 de julho de 1975, da Lei 7/75, que continha o Estatuto Orgânico de Timor e estabelecia o cronograma e o quadro político-administrativo dentro do qual se daria o processo de descolonização. De acordo com essa lei, no terceiro domingo de outubro de 1976 seria eleita pelos timorenses uma assembléia popular à qual caberia definir, por maioria simples, e por voto direto e secreto, o estatuto político e administrativo do território de Timor.

Líderes da UDT encontram-se com representantes do governo indonésio em Jacarta e ficam convencidos de que a Indonésia não permitiria a independência do Timor Leste sob o comando da Fretilin. Eles passam então a acreditar que só a

eliminação da influência “comunista” do território poderia impedir uma invasão da Indonésia.

Em agosto de 1975, o governo da Indonésia fornecia à UDT informações falsas do serviço secreto sobre uma iminente tomada do poder pela Fretilin, sobre carregamentos clandestinos de armas chinesas, assim como a entrada no Timor Leste de “terroristas vietnamitas” para lutarem ao lado da Fretilin (SANTANA, 1997). A UDT lançava uma ofensiva armada em Dili (capital), prendendo simpatizantes da Fretilin e controlando pontos vitais do território. O conflito se agravava e dava origem a uma guerra civil.

O coronel Mário Lemos Pires, então governador português em Timor Leste, não tinha nenhum controle sobre a situação, e, em função disso, inicia medidas de evacuação de pessoal metropolitano. E, em 26 de agosto, ocorre a transferência do governo de Timor para Ataúro, ao norte de Dili, parte integrante do território sob administração portuguesa.

Em setembro, quando a situação evoluía em sentido favorável à Fretilin, - que passava a controlar a maior parte do território - o governo indonésio praticamente obriga os membros da UDT⁶, refugiados na parte ocidental da ilha de Timor, a assinarem uma petição em favor da integração de Timor Leste à Indonésia.

Em outubro, forças especiais indonésias começavam a se infiltrar secretamente no Timor Leste buscando provocar conflitos que dessem pretexto para uma invasão em larga escala⁷. Durante essas incursões, cinco jornalistas de uma rede de televisão australiana foram assassinados em Balibó pelas forças indonésias. Eles estavam filmando a utilização da artilharia pesada da marinha e da aviação.

No início de novembro, representantes de Portugal e Indonésia realizaram um encontro oficial em Roma. Portugal havia perdido o controle do território do Timor Leste desde agosto, com a eclosão da guerra civil. Entre agosto e novembro, a Indonésia buscava uma plataforma de legitimidade - isto é, um convite de Portugal - para intervir militarmente no Timor Leste. Em função disso, a principal preocupação do Ministro do Exterior português em Roma era receber do governo indonésio uma garantia de que a soberania de Portugal seria respeitada, assim como o direito do povo timorense à auto-determinação.

A Fretilin recorreu à ONU para pedir a retirada das forças militares indonésias. Quatro dias depois, em 28 de novembro de 1975, a Fretilin declara unilateralmente a independência da República Democrática de Timor Leste, alegando agressões da Indonésia ao território e incapacidade de Portugal de conduzir o processo de descolonização. A Fretilin acreditava que a declaração de independência pudesse gerar alguma proteção internacional ao Timor Leste. Entretanto, só as ex-colônias portuguesas da África reconheceram de imediato o novo país. As nações ocidentais, que sabiam dos planos de invasão da Indonésia, preferiram se omitir.

No dia seguinte, timorenses refugiados no lado ocidental da ilha foram obrigados a assinar mais um pedido de anexação do Timor Leste à Indonésia. Datado de 29 de novembro de 1975, e como se tivesse sido redigido e assinado em Balibó (Timor Leste), o documento tinha na verdade sido assinado em Bali, na Indonésia, e sob coação. Apesar disso, ele foi utilizado durante muitos anos pela Indonésia para justificar a invasão, como se esta tivesse sido uma resposta a um pedido dos representantes políticos timorenses que buscavam restabelecer a paz e a ordem no local (MAGALHÃES, 1999). Com isso, alguns dias depois, em 7 de dezembro, tropas indonésias invadem maciçamente o Timor Leste, usando meios terrestres, aéreos e navais.

1.2.2 - A Invasão Indonésia e a Anexação do Timor Leste

No dia 7 de dezembro de 1975, a tão temida invasão foi iniciada. Às 2 horas da madrugada, navios indonésios começaram a bombardear a periferia de Dili, onde acreditavam que as Falintil – braço armado da Fretilin – tinham baterias de artilharia. Às 5 horas da madrugada, aviões despejavam pára-quedistas na zona portuária.

Soldados indonésios começaram a espalhar a violência pela cidade, como demonstra a transmissão da rádio da Fretilin, de Dili, nas primeiras horas do dia da invasão:

“As forças indonésias estão matando indiscriminadamente. Estão atirando em mulheres e crianças nas ruas. Vamos todos ser mortos.”

Repito, vamos todos ser mortos...Este é um apelo por ajuda internacional. Por favor, façam alguma coisa para parar esta invasão” (SANTANA, 1997, p.33).

Além dos inúmeros assassinatos, os soldados indonésios também saqueavam casas e igrejas e mandavam os bens roubados via navio para a Indonésia. Grande parte da população fugiu para as montanhas tentando escapar das forças indonésias. Segundo Santana (1997), nos primeiros dias de invasão, duas mil pessoas foram massacradas em Dili.

Alguns dias depois da invasão a Dili, soldados indonésios foram para outras cidades importantes, e, eventualmente, também para o interior. No Natal, os militares indonésios, que já contabilizavam dez mil, receberam um suplemento de mais quinze a vinte mil. Em meados de fevereiro de 1976, sessenta mil habitantes do Timor Leste já tinham sido mortos (SANTANA, 1997).

Após a invasão, a Indonésia estabeleceu uma assembléia legislativa fantoche, cujos 28 membros foram cuidadosamente escolhidos pelos funcionários do serviço secreto indonésio, com a ajuda da Apodeti. Essa assembléia-fantoche declarou em 31 de maio de 1976 que o Timor Leste queria se tornar parte da Indonésia. Com isso, em 16 de julho do mesmo ano, o presidente Suharto assinou a lei que formalizava a “integração” do Timor Leste como vigésima sétima província da República Indonésia.

O governo indonésio prossegue numa política de integração, intensificando ações nos campos social e econômico. No entanto, essa política é perturbada por vários fatores, dentre eles, as atividades guerrilheiras da Fretilin e as condenações que ocorrem no âmbito da ONU à conduta de Jacarta.

1.3 – O papel da Comunidade Internacional frente à Invasão

1.3.1- A posição da ONU

No mesmo dia da invasão ao Timor Leste, o governo português rompe relações diplomáticas com a Indonésia e solicita a intervenção do Conselho de Segurança da ONU. Portugal defendia a cessação imediata da intervenção militar indonésia, a solução pacífica e negociada do conflito e do processo de descolonização e a intervenção das Nações Unidas para a libertação imediata dos vinte e três militares portugueses detidos.

Cinco dias após a invasão, a Assembléia Geral da ONU estabeleceu a resolução 3.485 (XXX) repudiando a intervenção militar das forças armadas da Indonésia no Timor e insistindo para que se retirassem do território. A votação foi de 72 a 10, com 43 abstenções, como a dos Estados Unidos, Canadá e a maioria dos países da Europa Ocidental (CUNHA, 2001).

Ainda em dezembro de 1975, incentivado por Portugal, o Conselho de Segurança da ONU toma por unanimidade, a resolução 384, de igual teor. Resolução semelhante é adotada pelo Conselho de Segurança⁸ em abril de 1976 (389), com a abstenção dos Estados Unidos e do Japão.

José Ramos-Horta, representante da Fretilin na ONU nessa ocasião, afirma que membros permanentes do Conselho de Segurança não poderiam ter se absterido num caso tão claro de agressão armada envolvendo um aliado da OTAN (Portugal), principalmente porque o Conselho de Segurança tem maior visibilidade do que a Assembléia Geral (SANTANA, 1997).

Entre 1975 e 1982, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou resoluções anuais sobre o Timor Leste patrocinadas por Portugal e por suas cinco ex-colônias na África. Essas resoluções reafirmavam o direito à autodeterminação do Timor Leste. Todavia, o tom de crítica com relação à Indonésia foi progressivamente se abrandando.

1.3.2- O apoio dos Estados Unidos

O presidente norte-americano Gerald Ford e o secretário de Estado Henry Kissinger visitavam o presidente Suharto em Jacarta dois dias antes da invasão indonésia ao Timor Leste. Nessa ocasião, Kissinger disse a imprensa que os Estados Unidos compreendiam a posição do governo indonésio com relação a questão do Timor Leste. Ford, por sua vez, ressaltava que, se tivesse de escolher entre Timor Leste e a Indonésia, os Estados Unidos teriam que ficar ao lado da Indonésia.

Documentos do Departamento de Estado⁹ que se tornaram públicos em 2001, detalham as conversas entre Ford, Kissinger e Suharto - no referido encontro em Jacarta dois dias antes da invasão - comprovando que o governo norte-americano deu o “sinal verde” para a invasão indonésia ao Timor Leste em 1975.

Durante o encontro em dezembro de 1975 com o presidente Suharto, Ford enfatizou a continuidade do interesse americano nos assuntos asiáticos, apesar da derrota no Vietnã. Quando falavam da influência comunista no Movimento dos não-alinhados e dos movimentos de insurgência na Tailândia e na Malásia, Ford demonstrava entusiasmo na construção de uma fábrica de M-16 na Indonésia, que fornecesse pequenas armas para ajudar os governos do Sudeste Asiático a conter os movimentos de insurgência na região¹⁰.

Em 5 de julho de 1975, cinco meses antes da invasão ao Timor Leste, Suharto e Ford tiveram um encontro em Camp David. Apenas alguns meses após o colapso do regime sul-vietnamita, os dois presidentes discutiam temáticas políticas referentes ao continente asiático, como por exemplo, assistência militar norte-americana à Indonésia, investimentos internacionais e descolonização portuguesa.

Com relação à descolonização portuguesa no Timor Leste, Suharto ressaltava, por um lado, seu apoio à “auto-determinação”, e, por outro, que a independência era inviável. Suharto afirmava que a Indonésia não queria interferir na auto-determinação do Timor Leste, mas que isso seria necessário, na medida em que os timorenses que defendiam a independência eram influenciados pelas idéias comunistas. Com isso, só restava uma solução: a integração do Timor Leste à Indonésia¹¹.

Washington tinha boas relações com a ditadura de Salazar, que governou Portugal durante décadas, mas, nutria uma grande desconfiança com relação ao novo regime social-democrata que emergia com a Revolução dos Cravos. Em função da exagerada preocupação com a possibilidade de um golpe comunista, a administração Ford chegou a cogitar a possibilidade de expulsar Portugal da OTAN e apoiar o movimento de independência em Açores. Segundo as perspectivas de Ford e Kissinger, o papel de Portugal – que ainda exercia soberania legal sobre a região – no Timor Leste não era interessante, e, em função disso, não deveria ser obstáculo para a ação indonésia¹².

Em termos políticos, a Indonésia significava para os Estados Unidos um fiel aliado do Ocidente no Sudeste Asiático, em função da ditadura anti-comunista do general Suharto, e em termos econômicos, era uma grande fornecedora de matérias-primas, um grande mercado exportador e uma ótima oportunidade para empresas multinacionais que procuravam por mão-de-obra barata (grandes corporações como a Levi's e a Nike se estabeleceram lá). Em razão de sua fidelidade, a Indonésia também recebia muitos investimentos norte-americanos, além de cooperação militar e da venda de armas (WHEELER & DUNNE, 2001).

Documentos do Departamento de Estado comprovam o apoio de Ford e Kissinger à invasão, mas demonstram também uma certa preocupação da parte do último com relação ao uso de armas norte-americanas na invasão, uma vez que essas só deveriam ser utilizada para auto-defesa. No encontro entre Ford, Kissinger e Suharto em dezembro de 1975, Kissinger afirmava, em um primeiro momento, que o uso de armas norte-americanas poderia criar problemas. No entanto, logo em seguida, ele completa o seu raciocínio, afirmando: *“It depends on how we construe it; whether it is in self defense or is a foreign operation”*. A verdadeira preocupação de Kissinger não era referente ao uso ofensivo e ilegal das armas americanas, mas da forma como esse ato seria interpretado. Um processo que ele pretendia claramente manipular. Ele ainda acrescentou: *“It is important that whatever you do succeeds quickly”*¹³.

É importante sublinhar que as relações comerciais entre Estados Unidos e Indonésia ocorriam há muito tempo. Desde do final da Primeira Guerra Mundial que os Estados Unidos e as Índias Orientais Holandesas já comercializavam. Com a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como a potência dominante na região. Todavia, os Estados Unidos se frustraram com governo que surgiu a partir da independência

do país, em função de suas posições nacionalistas, anti-imperialistas e de não-alinhamento.

Os Estados Unidos, temerosos de perderem a sua influência na região, começaram na década de 1950 a adular o exército indonésio, com programas de assistência militar e de treinamento. Sua política é bem sucedida e, em 1965, o general Suharto, favorável ao Estados Unidos, chega ao poder. A partir de então, as forças armadas indonésias tornam-se muito dependentes da assistência militar norte-americana.

O governo de Suharto revoga as leis de investimento do regime anterior, consideradas “extremamente restritivas” pelos Estados Unidos, e, com isso, abre o país aos investimentos estrangeiros. Na década de 1970, a Indonésia era o país do Sudeste Asiático onde os Estados Unidos mais investiam. Uma parte desse comércio era de armas. O Departamento de Estado avalia que as empresas norte-americanas tenham fornecido em torno de 90% das armas utilizadas na invasão do Timor Leste (SANTANA, 1997).

A cumplicidade do governo de Suharto com os objetivos políticos dos Estados Unidos e do Ocidente, sua política de abertura aos investimentos estrangeiros e sua posição repressiva com relação à mão-de-obra tornaram o país o paraíso para as empresas ocidentais.

Em função da grande influência que tinham sobre o governo de Suharto, os Estados Unidos poderiam ter o pressionado com relação à questão do Timor Leste. Todavia, não o fizeram. Os Estados Unidos se abstiveram de votar na primeira resolução da Assembleia Geral da ONU ainda em 1975, adotando a mesma postura em relação a subsequente resolução do Conselho de Segurança.

O ex-embaixador dos Estados Unidos na ONU, Patrick Moynihan, relata em suas memórias, com relação ao Timor Leste:

“(...) os Estados Unidos desejavam que as coisas se passassem como aconteceram e fizeram os possíveis para que assim fosse. O Departamento de Estado desejava que as Nações Unidas se mostrassem ineficazes em quaisquer medidas que eventualmente fossem tomadas. Esta tarefa foi-me entregue e cumpri-a com assinalável êxito” (MAGALHÃES, 1999, p.120).

Santana (1997) destaca duas citações que representam bem a política norte-americana de “dois pesos e duas medidas”, onde o tipo de atuação

governamental depende diretamente de quais atores estão envolvidos nos conflitos. As citações salientam a diferença no posicionamento ocidental entre a invasão do Timor Leste pela Indonésia e a invasão do Kuwait pelo Iraque. A primeira é de George Bush, presidente dos Estados Unidos, em 1990, referindo-se à invasão do Kuwait:

“Os Estados Unidos continuam, como sempre, contra a agressão, contra aqueles que usariam a força para substituir o domínio da lei”. (p.41)

E a segunda é de Donald R. Keough, presidente da Coca-Cola, por volta de 1992:

“Quando penso na Indonésia – um país cortado pelo Equador, com 180 milhões de habitantes, uma idade média de 18 anos e a proibição islâmica de consumo de álcool – eu me sinto como se soubesse com o que o céu se parece”. (p.41)

1.3.3- O apoio da Austrália¹⁴

Em maio de 1974, John McCredie, Ministro australiano na Embaixada em Jacarta, escreveu uma carta para o Departamento Australiano de Negócios Estrangeiros dizendo o seguinte:

“Indonesian absorption of Timor makes geopolitical sense. Any other long-term solution would be potentially disruptive of both Indonesia and the region. Its (absorption) would help confirm our seabed agreement with Indonesia. It should induce a greater readiness on (Jakarta’s) part to discuss Indonesia’s ocean policy” (CHALK, 2001, p.37).

Em setembro de 1974 em um encontro com o presidente da Indonésia, General Suharto, o então primeiro-ministro da Austrália, Gough Whitlam, declarou que um Timor Leste independente seria inviável, e uma ameaça em potencial para a área. Ele declarou o seu apoio a uma união voluntária entre Timor Leste e Indonésia. Todavia, ressaltou que não aprovaria o uso da força no território.

No entanto, documentos que se tornaram públicos em setembro de 2000, e que detalham questões de inteligência entre Austrália e Indonésia entre 1974 e 1976, dão pela primeira vez sólidas evidências da cumplicidade de Canberra com a invasão de Jacarta ao Timor Leste em 1975. De acordo com os documentos, - que incluem mensagens diplomáticas, informações de inteligência e conselhos ministeriais - funcionários do governo, incluindo o primeiro ministro na época, Gough Whitlam, disseram claramente a Suharto que a Austrália encarava a incorporação do território como desejável e mais ou menos inevitável. Os documentos demonstram ainda que o governo de Whitlam estava completamente informado dos planos indonésios de invasão aérea e marítima ao Timor Leste.

Embora a Austrália tenha apoiado a primeira das resoluções anuais da Assembleia Geral da ONU que condenava a invasão do Timor Leste e pedia a retirada das tropas indonésias do território (1975), nos dois anos seguintes se absteve, e a partir de 1978 votou contra todas.

Em janeiro de 1978, a Austrália reconhecia “de facto” a incorporação do Timor Leste como vigésima sétima província indonésia. Em 1979, no âmbito da ONU, a representação australiana considerava a questão da descolonização do Timor Leste como resolvida (WHEELER & DUNNE, 2001) e reconhecia “de direito” a anexação do Timor Leste à Indonésia¹⁵. Em seguida, Austrália e Indonésia começavam a negociar a demarcação de fronteiras no Mar do Timor (rico em reservas de petróleo).

A abordagem da política externa australiana se mantém praticamente a mesma durante os vinte anos seguintes. O seu interesse nacional definido como maximização da segurança fazia com que o país preferisse manter boas relações diplomáticas com a Indonésia a apoiar a auto-determinação do Timor Leste. Afinal, o populoso país vizinho (quarta maior população do mundo, com mais de duzentas e nove milhões de pessoas) era encarado como uma ameaça potencial.

Além do interesse de manutenção da segurança nacional, existiam também interesses econômicos, tanto em termos de comércio (na medida em que a Indonésia significava um grande mercado para os produtos australianos), quanto na exploração conjunta com a Indonésia dos recursos minerais do mar do Timor. Somado a isso, existia a preocupação com a estabilidade regional, uma vez que a Indonésia era um país multiétnico onde existiam muitos movimentos

secessionistas¹⁶, e a Austrália preferia negociar com um Estado soberano do que com vários pequenos e instáveis Estados soberanos.

1.3.4- A conduta de Portugal

Portugal, como ex-metrópole, exerceu uma função muito importante nas discussões sobre o Timor Leste. Se, em um primeiro momento, durante o processo de descolonização, o governo português do Timor Leste deixou Dili em agosto de 1975, abandonando a cidade em meio a uma guerra civil entre duas facções timorenses, em outros momentos, o país desempenhou um papel de destaque nas negociações com a Indonésia.

Em 1975, na medida em que a Indonésia invade o Timor Leste, Portugal rompe relações diplomáticas com este país e solicita a intervenção do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, após a anexação do Timor Leste como vigésima sétima província, e com isso, a liberação dos militares portugueses feitos reféns na região, a pressão da opinião pública interna diminui, e com ela, o empenho da diplomacia portuguesa com relação a manutenção da questão na agenda da Assembléia Geral da ONU, assim como da aprovação de resoluções condenatórias à Indonésia. Para a ONU, o Timor Leste era considerado território não-autônomo e por isso continuava sob a responsabilidade de Portugal.

A partir do início da década de 1980, mais especificamente 1982, Portugal começa a se empenhar mais no âmbito da ONU, buscando interromper a sucessão anual de resoluções não cumpridas pela Indonésia. As margens de aprovação dessas resoluções também se tornavam cada vez mais estreitas. Isso ocorria em função tanto da postura australiana de apoio à integração do Timor Leste (como veremos no capítulo 3), quanto da passividade dos Estados Unidos, que, como superpotência ocidental, tinham grande capacidade de influência sobre outros países.

Ainda durante o ano de 1982, a Assembléia Geral remete a questão ao Secretário-Geral, conferindo-lhe o mandato de buscar solução em consulta com as partes envolvidas. A partir desse momento se iniciam as conversações bilaterais entre Indonésia e Portugal.

Portugal adquire uma postura mais ativa com relação à questão do Timor Leste nesse momento. Segundo Cunha (2001), não havia de fato um empenho a favor da causa da resistência timorense, e, sim, a busca por uma solução que resguardasse a dignidade nacional. Inclusive, José Ramos Horta, timorense que muito trabalhou para divulgar a situação do Timor Leste para o resto mundo, fez duras críticas a política externa portuguesa entre 1983 e 1986.

As conversações bilaterais entre Portugal e Indonésia se iniciaram formalmente em 1984, a partir de encontros entre as delegações chefiadas por representantes de Portugal e da Indonésia na ONU. As negociações caminhavam para a consagração da integração do Timor Leste à Indonésia, a partir das garantias do governo indonésio de respeito às diferenças culturais, lingüísticas e religiosas da população da região. Com isso, Portugal aceitaria a retirada do Timor Leste da lista de territórios não-autônomos, e a questão sairia definitivamente da agenda da ONU (CUNHA, 2001).

Todavia, no final do ano de 1985, ocorre uma mudança no rumo das negociações. Nesse período, D. Ximenes Belo, administrador apostólico da diocese de Dili, realiza uma visita a Lisboa, após uma estada no Vaticano. Durante essa visita, ele conversa com Mário Soares, então candidato à presidência. Belo descreve a situação do Timor Leste e as constantes violações dos direitos humanos¹⁷ (CUNHA, 2001).

A partir de 1986, com a chegada de Mário Soares a presidência, a questão do Timor Leste é realmente incluída na agenda da política externa portuguesa. Ele determina que os negociadores portugueses deveriam exigir de Jacarta a inclusão, no processo eleitoral indonésio que ocorreria em 1987, de uma consulta ao povo timorense a respeito da integração do território. Os indonésios não aprovam essa atitude e as negociações ficam momentaneamente suspensas (CUNHA, 2001).

A diplomacia portuguesa começa a buscar formas de pressão internacional sobre Jacarta, apesar de continuar também com as negociações bilaterais. Além da ONU, a temática começa a atingir também outros foros internacionais, na medida em que Portugal explora a questão do respeito aos direitos humanos. Segundo Cunha (2001), essa posição de Portugal coincide com a sua entrada na Comunidade Européia e a ambição de desempenhar um papel mais visível no plano internacional.

Se Portugal tinha um pequeno poder de barganha para impor custos internacionais à Indonésia, isso começa a mudar com a sua entrada na Comunidade Européia¹⁸. Devido, por exemplo, à regra da unanimidade, Portugal detinha o poder de vetar decisões referentes à Indonésia. O poder de barganha de Portugal aumenta consideravelmente em maio de 1988, quando os ministros do exterior da Comunidade Européia adotam uma posição comum com relação ao Timor Leste, de apoio a um acordo. Nesse mesmo ano, o Ministro do Exterior da Indonésia, Ali Alatas, propõe uma nova abordagem que seria mais diplomática e menos orientada para a segurança (GORJAO, 2001).

Nesse contexto, Alatas negocia com Portugal, por meio do Secretário Geral da ONU, um acordo referente à visita de uma delegação parlamentar portuguesa ao Timor Leste. As negociações levam a um acordo assinado em setembro de 1990. No final de outubro de 1991, as preparações para a visita portuguesa na região - durante o próximo mês de novembro - já estavam avançadas. Entretanto, faltando poucos dias para a visita, a Indonésia decide mudar o itinerário previamente acordado e proibir a participação de alguns jornalistas. Como consequência, Portugal cancela a visita.

Em 12 novembro desse ano ocorre o massacre do cemitério de Santa Cruz no Timor Leste. Uma multidão de pessoas foi participar de uma missa em memória de Sebastião Gomes, ativista pró-independência que havia sido morto por soldados indonésios, duas semanas antes, nessa mesma igreja. Após a missa, a multidão seguiu a pé para o cemitério de Santa Cruz, a um quilômetro e meio de distância. Mesmo percebendo a presença de soldados indonésios ao longo das ruas, as pessoas erguiam faixas e se manifestavam a favor da independência. Isso foi o suficiente para que os soldados indonésios bloqueassem o caminho de volta à cidade e invadissem o cemitério atirando em direção a multidão. Calcula-se que 250 pessoas tenham sido mortas nesse episódio e que centenas tenham sido feridas¹⁹.

A partir desse acontecimento as violações de direitos humanos cometidas pela Indonésia começaram a ganhar mais espaço na mídia internacional. Em Portugal, o evento de Santa Cruz contribuiu para o crescimento da consciência da opinião pública com relação à questão do Timor Leste, na medida em que demonstrou que a integração não representava o desejo da população, assim como desmascarou os métodos repressivos utilizados pela Indonésia. O governo

português manteve a pressão diplomática sobre Jacarta. Inclusive, ao assumir a presidência da Comunidade Européia em janeiro de 1992, utilizou a sua posição para manter uma posição dura da Europa com relação à Indonésia. Em julho do mesmo ano, Portugal bloqueou a assinatura de acordo de cooperação entre a Comunidade Européia e a ASEAN²⁰ (GORJAO, 2001).

Durante a década de 1990, a questão timorense torna-se uma espécie de bandeira da diplomacia portuguesa. Em função disso, a Indonésia se vê obrigada a negociar. Entre 1992 e 1996 ocorrem oito rodadas de negociações ministeriais entre Portugal e Indonésia, mas não se chega a uma solução aceitável para ambos os lados (GORJAO, 2001). Em 1996, José Ramos Horta, então representante especial do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) e o bispo D. Ximenes Belo ganham o Prêmio Nobel da Paz. Esse acontecimento abre espaço na mídia internacional para a questão do Timor Leste.

1.3.5- O apoio de outros países

Em plena Guerra Fria, num momento em que o comunismo avançava na África²¹ e principalmente na Indochina²², a Indonésia, sob o governo do general Suharto era vista pelas potências ocidentais como uma aliada capaz de conter o avanço do comunismo na Ásia²³.

É nesse contexto que se torna compreensível o apoio dos Estados Unidos e de outros governos ocidentais à invasão do Timor Leste pela Indonésia. Acreditava-se que uma nova Cuba, agora no sudeste asiático, poderia afetar a estabilidade regional e atrapalhar os interesses geo-estratégicos ocidentais na região.

O regime de Suharto recebeu bilhões de dólares em subvenções e créditos bancários do Grupo Inter-Governamental para a Indonésia (IGGI), um consórcio de países e organizações doadoras que inclui os Estados Unidos, o Japão, a França, Inglaterra, Holanda e Alemanha²⁴. Desde a sua criação em 1967, até fins da década de 1990, os membros do IGGI incrementaram regularmente sua ajuda à Indonésia (SANTANA, 1997).

Em 21 de julho de 1975, após uma visita ao Timor Leste, o embaixador britânico na Indonésia escreveu para o Ministério das Relações Exteriores que o povo do Timor Português não tinha condições de exercer seu direito à autodeterminação. Todavia, acrescentou que era melhor não reconhecer isso publicamente:

“Certamente, da maneira como vemos daqui, é do interesse da Grã-Bretanha que a Indonésia incorpore o território o mais depressa e discretamente possível; e que, se o pior acontecer e houver uma disputa na ONU, mantenhamos a cabeça baixa e evitemos tomar partido contra o governo da Indonésia.” (SANTANA, 1997, P.53)

A Inglaterra se absteve de todas as oito votações sobre o Timor Leste que aconteceram na Assembléia Geral da ONU. Além de vender armas para a Indonésia, o governo britânico, representado pelo secretário de assuntos exteriores, David Owen, aprovava, em 1977, a venda de oito jatos de ataque terrestre Hawk, fabricados no país. Em meados da década de 1990, foi aprovada a venda de mais 24 aviões Hawk. Além disso, a Inglaterra foi considerada em 1992 o sexto maior investidor estrangeiro no país.

O Japão também deu prioridade ao seu relacionamento com a Indonésia frente à questão do Timor Leste²⁵. Tóquio se preocupava muito mais com o possível efeito na estabilidade da região, e na Indonésia em particular, do que com as questões de descolonização e direitos humanos. Em função disso, o Japão votou “não” em todas as resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas que pediam a retirada das forças armadas indonésias do Timor Leste.

Um relatório diplomático oficial do governo japonês revela como a Indonésia se tornou um parceiro importante para o futuro do Japão:

“A Indonésia tem um relacionamento forte, de mútua dependência, com o Japão, através do fornecimento de petróleo e gás natural e da aceitação de investimentos diretos. E a Indonésia é um país muito importante para o Japão, porque está localizada numa área com rotas marítimas importantes e porque tem grande influência política no sudeste asiático” (SANTANA, 1997, P.52)

De acordo com relatório do Fundo Monetário Internacional de 1992, o Japão recebeu 37% de todas as exportações da Indonésia em 1991 –

principalmente petróleo e gás natural – e forneceu 25% de todas as importações da Indonésia. Além disso, o Japão foi o país que mais deu ajuda econômica a Jacarta em 1992, 69% do total de toda a ajuda direta, de país para país (SANTANA, 1997).

Cinco meses após a invasão ao Timor Leste, o primeiro-ministro do Canadá, Pierre Trudeau, recebeu a visita do presidente Suharto. Um dos quatro temas debatidos na reunião foi “Perspectivas e desenvolvimentos no Timor português”. O encontro foi frutífero para Suharto, uma vez que o Canadá se comprometeu a dar vinte milhões de dólares canadenses como ajuda.

Nas resoluções da Assembléia Geral da ONU sobre o Timor Leste, o Canadá se absteve de votar em cinco primeiras e votou “não” nas três últimas. A Indonésia esteve durante muito tempo entre os cinco países mais beneficiados pela ajuda financeira direta do Canadá.

O Canadá vendeu armas para a Indonésia, tanto diretamente quanto através de vendas a companhias norte-americanas que revendiam para a Indonésia. As vendas de armas tinham parado em 1992, mas recomeçaram em 1993, no governo do primeiro-ministro Jean Chrétien, que considerava a Indonésia como alvo importante para o comércio. Em novembro de 1994, Chrétien assinou com o país um acordo de cooperação nuclear.

O próprio Estado do Vaticano estava tão interessado em manter boas relações com o governo da Indonésia, que, em 1989, cartas escritas por mais de cem bispos católicos da Europa, da África e da América ao Secretário-Geral da ONU - manifestando apoio à proposta do bispo D. Carlos Ximenes Belo com relação à organização de um referendo no Timor Leste – foram retidas por ordem expressa do Secretário de Estado do Vaticano, cardeal Agostino Casarolli, e nunca foram entregues às Nações Unidas²⁶ (MAGALHÃES, 1999).

Os países da ASEAN também não questionaram a posição indonésia no Timor Leste, em função do forte compromisso que tinham com os princípios da não-interferência em assuntos internos e consenso, independente do cumprimento ou não do respeito aos direitos humanos. Além disso, segundo Dunn (1983), no contexto da retirada dos Estados Unidos do Vietnã, esses países compartilhavam com a Indonésia (em maior ou menor grau) a paranóia com relação a uma possível ameaça comunista no Timor Leste.

1.4- A Indonésia e a discussão sobre o *status* futuro do Timor Leste

No final da década de 1990, mais especificamente em 1997, a crise financeira asiática atinge fortemente a economia da Indonésia. No ano seguinte, se inicia o processo de democratização do país, com o fim da ditadura do general Suharto. Nesse mesmo ano, a Indonésia inicia negociações com Portugal sobre o status futuro do Timor Leste.

Em agosto de 1998, em encontro ministerial entre Portugal e Indonésia em Nova York, estava claro que a Indonésia estava pronta para discutir um modelo real e amplo de autonomia para o Timor Leste, que reservaria para o governo central apenas um número limitado de responsabilidades relativas a defesa, diplomacia, e a políticas monetárias e fiscais.

Nesse encontro, o primeiro após o fim do governo de Suharto, os Ministros do Exterior dos dois países começaram a discutir propostas acerca de um *status* especial para o Timor Leste, que se baseasse em uma larga autonomia, mas sem prejuízo às suas posições básicas com relação à temática da soberania. Os Ministros Alatas e Gama planejavam a assinatura de um acordo no fim desse ano. Outras duas rodadas de negociação aconteceram nesse mesmo ano, em novembro e dezembro, mas pouco avançaram.

Em 19 de dezembro de 1998, o Primeiro Ministro da Austrália, John Howard escreve uma carta²⁷ ao presidente J.B.Habibie, da Indonésia, encorajando-o a considerar um período de autonomia para o Timor Leste, seguido por eventual ato de auto-determinação.

Em 27 de janeiro de 1999, o presidente Habibie anuncia que aceitaria a independência do Timor Leste, se essa fosse a vontade de seu povo. O general Wiranto, Ministro da Defesa e Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, manifesta publicamente o seu apoio. Entretanto, muitos generais e comandos militares locais não concordam com essa idéia e começam a se organizar para tentar impedir a sua concretização²⁸.

O tenente-coronel Mudjiono, vice-comandante das forças militares em Dili, assim como a maior parte dos comandos militares dos treze conselhos de Timor Leste – que são exemplos de uma série de militares que se opunham à independência – criaram, cada um, as suas próprias milícias, coordenadas pelos serviços secretos militares. Estes, que não podiam ou não queriam se opor

frontalmente à decisão do Presidente e do Chefe do Estado-Maior, lançam a *Operasi Sapu Jagad*, operação com o objetivo de condicionar o voto dos timorenses a favor da integração²⁹.

Nos dias 8 e 9 de fevereiro de 1999, Alatas e Gama se encontram em Nova York, onde concordam com os termos gerais da larga proposta de autonomia. No entanto, não alcançam um consenso com relação à questão do ato de auto-determinação. Esse acordo só ocorre em 11 de março de 1999, quando a Indonésia finalmente aceita o método da consulta popular através de eleição direta.

Posteriormente, em 23 de abril, Indonésia e Portugal finalizam um acordo para ser assinado em 5 de maio de 1999. As tentativas portuguesas de assegurar uma força de paz da ONU para garantir a segurança e a liberdade durante todo o processo eleitoral, encontraram a mais completa oposição do governo indonésio. Sem apoio internacional suficiente para questionar a posição indonésia, Jaime Gama acaba tendo que aceitar que a responsabilidade com a segurança antes e depois das eleições ficasse a cargo do governo indonésio. A realização do plebiscito no Timor Leste fica marcada para agosto desse mesmo ano, onde a população timorense optaria entre a independência e a autonomia dentro da federação indonésia.

Para Portugal, a decisão de aceitar que a segurança durante o plebiscito ficasse por conta da Indonésia parecia inevitável. Durante as negociações, ficou claro que essa era uma questão não-negociável para Habibie. Lisboa tinha então duas opções, aceitar o acordo ou esperar até que uma melhor oportunidade política surgisse. O governo português escolheu a primeira opção, pois entre janeiro e maio de 1999 percebeu que a oposição política e militar à auto-determinação do Timor Leste na Indonésia poderia abortar o acordo, caso a segurança não ficasse exclusivamente sob responsabilidade de Jacarta³⁰.

Todavia, em 7 de maio de 1999, o Presidente de Portugal, Jorge Sampaio, afirmava publicamente que Portugal não nutria ilusões, e que sabia da existência de forças poderosas preparadas para evitar que os timorenses optassem livremente sobre o seu futuro. Ele tentava alertar a opinião pública internacional, pois sabia que a polícia e as forças militares indonésias não eram neutras e que um cenário onde os timorenses pró-independência fossem alvo de violência seria provável, na medida em que o governo não tinha o controle da situação. Entretanto, Lisboa só

podia pressionar a Indonésia politicamente, – e não, militarmente - para que esse país cumprisse as suas responsabilidades com a segurança.

Uma missão de observadores desarmados da ONU (UNAMET) foi responsável pela organização e fiscalização da eleição, que ocorreu em 30 de agosto, depois de dois adiamentos. Os militares indonésios e os milicianos tentaram de várias formas boicotar e manipular o processo eleitoral. Em primeiro lugar, tentavam evitar que grande parte da população se recenseasse. No entanto, mais de 430.000 mil timorenses residentes no território se recensearam. Em segundo lugar, tentaram – por meio de ameaças - evitar que grande parte da população fosse votar, mas votaram 98,6% dos 446.953 inscritos. Por último, tentaram condicionar o voto a favor da integração, alertando para as consequências que adviriam de um voto a favor da independência; todavia, 78,5% dos votantes rejeitaram a autonomia proposta pela Indonésia e votaram a favor da independência (MAGALHÃES, 1999).

Oficialmente, o governo aceita o resultado, no entanto, a partir de sua divulgação, milicianos paramilitares pró-integração, patrocinados pelos militares indonésios iniciam imediatamente um processo de violência generalizado. A cidade de Dili e várias outras vilas e aldeias foram destruídas. Muitas casas e estabelecimentos comerciais foram saqueados e incendiados. A população sofreu muito com deportações, assassinatos, violações de mulheres, e também com a fome, que atingia a maior parte dos que fugiam para as montanhas, assim como os timorenses deportados para campos de concentração na Indonésia³¹.

Em 5 de setembro o Conselho de Segurança da ONU se reúne e pela primeira vez decide enviar uma missão composta por embaixadores de cinco países (Reino Unido, Malásia, Eslovênia, Holanda, com um líder da Namíbia) à Jacarta para discutir a gravidade da situação com os políticos e líderes militares indonésios. Fica claro para os membros da missão que o presidente Habibie tinha pouco controle sobre os militares indonésios. “By 9 September thousands had been driven into the hills from burning homes; hundreds of pro-independence supporters had been killed; UN officials, aid workers and journalists were being targeted; and 3.000 refugees an hour were being forcibly relocated across the border into West Timor” (WHEELER & DUNNE, 2001, p.817).

Enquanto a missão da ONU presenciava a violência no Timor Leste, e a questão ganhava espaço na mídia internacional, Portugal pressionava os Estados

Unidos para se envolverem mais. Inclusive, o primeiro ministro português, Antonio Guterres, ameaçou abandonar a força de paz da OTAN no Kosovo, se os Estados Unidos não dessem apoio aos esforços políticos para o estabelecimento de uma operação de paz no Timor Leste.

Os Estados Unidos suspendem o programa de cooperação militar que tinham com a Indonésia³², e os militares norte-americanos iniciam conversações com os militares indonésios tentando convencê-los a parar com a violência no Timor Leste. Além disso, o presidente Clinton deixava claro ao governo indonésio que uma ação norte-americana poderia dificultar o acesso do país a empréstimos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Clinton declarava: “(...) *our willingness to support future assistance will depend very strongly on the way Indonesia handles this situation*” (WHEELER & DUNNE, 2001, p.819).

Portugal também pressionou o Conselho de Segurança da ONU a discutir publicamente o assunto. Em debate no Conselho, a maior parte dos países, com exceção de Cuba, Líbia, Vietnã e Índia, enfatizou a obrigação moral e legal da Indonésia com relação à população timorense, assim como afirmou que, se a Indonésia não fosse capaz de restaurar a lei e a ordem, uma operação de paz internacional deveria fazê-lo. Entretanto, todos concordaram que a intervenção dependeria do consentimento indonésio e da adoção de uma resolução do Conselho de Segurança.

Os membros da missão da ONU na região encontraram dificuldades, em suas primeiras reuniões com representantes do governo indonésio, de conseguir consentimento para uma intervenção militar na região. No entanto, em 12 de setembro, diante de forte pressão da comunidade internacional, o governo indonésio aceita o envio de uma força multinacional. As principais formas de pressão foram a ameaça de fim dos empréstimos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, o fim da assistência militar e a censura moral da comunidade internacional.

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, e a Alta-Comissária da ONU para Direitos Humanos, Mary Robinson, foram outras importantes fontes de pressão. Em suas comunicações pessoais com oficiais indonésios (civis e militares) deixavam claro que, se as violações continuassem, eles não escapariam da responsabilidade por crimes contra a humanidade (GORJAO, 2001).

Em 15 de setembro, o Conselho de Segurança da ONU aprova a resolução 1264, que autorizava a criação de uma força multinacional para o restabelecimento da paz e da segurança no Timor Leste. A Resolução enfatizava a cooperação entre a ONU e a Indonésia e reafirmava o respeito à soberania e à integridade territorial indonésia. A cooperação militar com a Indonésia era essencial para que a força internacional – liderada pela Austrália – não entrasse em conflito com o exército indonésio. E, além disso, a prerrogativa do respeito à soberania indonésia facilitava a aceitação do processo no Conselho de Segurança³³ (WHEELER & DUNNE, 2001).

A resolução 1264:

- 1- *“Condena todos os atos de violência em Timor Leste, apela ao seu fim imediato e exige que os responsáveis por esses atos sejam apresentados à justiça”;*
- 2- *“Salienta a necessidade urgente de assistência humanitária coordenada, a importância de autorizar um acesso pleno, seguro e sem impedimentos das organizações humanitárias e exorta todas as partes a cooperarem com estas organizações de forma a assegurarem a proteção de civis em risco, o regresso seguro dos refugiados e deslocados e a disponibilização eficaz de auxílio humanitário”;*
- 3- *“Autoriza o estabelecimento de uma força multinacional sob uma estrutura de comando unificada, no seguimento do pedido do governo indonésio transmitido ao secretário-geral a 12 de setembro de 1999, com a seguintes funções: restaurar a paz e a segurança em Timor Leste; proteger e apoiar a UNAMET na prossecução das suas tarefas e, dentro das suas capacidades de atuação, facilitar as operações de assistência humanitária e autorizar os Estados que participam da força multinacional a tomar as medidas necessárias para cumprir o seu mandato;[...]” (MAGALHÃES, 1999).*

O comandante da força internacional, o australiano Peter Cosgrove, foi a Dili dias antes da chegada das tropas para discutir com os comandantes do exército indonésio a retirada de seus combatentes para o estabelecimento da INTERFET³⁴. Em 20 de setembro, a operação de paz chegava ao Timor Leste e encontrava uma área completamente queimada e praticamente “fantasma”, uma

vez que a população que ainda se mantinha no Timor Leste vivia majoritariamente nas montanhas, em difíceis condições materiais.

Os vinte e quatro anos de ocupação militar indonésia na região custaram a vida de aproximadamente 200 mil timorenses. Essa estimativa é comparável ao número de mortos no Camboja, no regime de Pol Pot. Além dos mortos, houve milhares de pessoas torturadas e violadas. O Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados calcula que aproximadamente outras 200 mil pessoas tenham fugido da região.

Notas

¹ - A Conferência de São Francisco, onde a Carta da ONU foi aprovada (1945), foi um marco no movimento anti-colonial.

² - A alínea e) se referia à obrigação de “transmitir regularmente ao Secretário-Geral, a título de informação, e atendendo às reservas impostas por considerações de segurança de ordem constitucional, dados estatísticos ou de outro caráter técnico relativo às condições econômicas, sociais e educacionais dos territórios pelos quais são responsáveis e que não estão compreendidos naqueles a que se referem os capítulos XII e XIII.”

³ - Em 25 de abril de 1974 eclode a Revolução dos Cravos. Oficiais militares de média patente rebelam-se e derrubam o governo de Marcelo Caetano, dando fim a décadas de ditadura em Portugal. A população comemora distribuindo cravos aos soldados rebeldes.

⁴ - O tenente-coronel Fernando Alves Aldeia que foi exonerado em maio, e deixou definitivamente a região em julho.

⁵ - Enquanto em Portugal os militares tinham chegado ao poder amparados pelo Partido Comunista, na Indonésia o governo militar era anti-comunista.

⁶ - Os membros da UDT assinavam essa petição em troca de comida e abrigo.

⁷ - Segundo Santana (1997), a Indonésia negou que estivesse realizando incursões através da fronteira. No entanto, a própria CIA confirmou essas incursões.

⁸ - Depois disso, o Conselho de Segurança só volta a discutir a questão em 1999.

⁹ - Esses documentos (na maior parte amemorandos e telegramas) foram encontrados no *National Security Archive* da George Washington University através do site www.gwu.edu/~nsarchiv em junho de 2002.

¹⁰ - Essas informações podem ser verificadas no Telegrama (1579) que a Embaixada em Jacarta mandou para o Departamento de Estado, em 6 de dezembro de 1975.

¹¹ - Essas informações podem ser verificadas através do Memorando de Conversa entre os presidentes Ford e Suharto, em 5 de julho de 1975, 12:40- 14:00.

¹² - idem.

¹³ - idem.

¹⁴ - A posição da Austrália com relação à invasão do Timor Leste será discutida mais profundamente no capítulo 3.

¹⁵ - Nenhum outro país ocidental agiu da mesma forma que a Austrália, reconhecendo legalmente a anexação do Timor Leste à Indonésia.

¹⁶ Os principais exemplos seriam Aceh, Ambon e Irian Java.

¹⁷ - Cunha teve a confirmação desse encontro através de fontes da chancelaria portuguesa e da resistência timorense. Esse encontro foi sigiloso e não repercutiu na imprensa portuguesa.

¹⁸ - Após a ratificação final do Tratado de Maastricht, a Comunidade Européia passou a se chamar União Européia.

¹⁹ - Max Stahl, jornalista britânico que filmou todo o episódio, o classificou como “massacre a sangue frio e premeditado”. Testemunhas oculares lhe contaram que militares indonésios ainda mataram muitos feridos no hospital militar em Dili. A luta da população do Timor Leste começou a se internacionalizar a partir das imagens de Max Stahl e de depoimentos de jornalistas como Allan Nairn do New York Times (SANTANA, 1996).

²⁰ - Association of South-East Asian Nations.

²¹ - O comunismo avançava em Angola, Etiópia, Moçambique, etc.

²² - No Camboja, ocorre a queda do regime pró-americano em abril de 1975, com a chegada ao poder dos Kmer Vermelho. No mesmo mês acontece no Laos a tomada do poder pelos comunistas, e ainda, a tomada de Saigon pelos comunistas vietnamitas.

²³ - Além disso, os submarinos nucleares americanos precisavam utilizar o mar ao norte do Timor Leste, onde a Indonésia os permitia passar sem ter que subir a superfície, de modo a não serem detectados pelo serviço de espionagem soviético (SOBRAL, FREITAS & MENDONÇA, s/data) .

²⁴ - Alemanha e Holanda foram também grandes fornecedoras de armas para a Indonésia.

²⁵ - Em 1975, o Japão era o segundo maior investidor estrangeiro na Indonésia.

²⁶ - Os cristãos indonésios do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Jacarta foram os principais mentores da anexação junto com Suharto. Representando os católicos apenas 3% da população desse país, onde 87% se diziam mulçumanos, a anexação de uma ilha com grande número de católicos poderia significar um reforço na minoria cristã. Além disso, ao contribuir para a expansão da Indonésia, a minoria cristã daria provas do seu nacionalismo e justificaria a sua

relativa preponderância social no governo. Esta posição de proeminentes católicos indonésios foi partilhada por vários bispos e pela nunciatura do Vaticano na Indonésia, para quem a continuidade e reforço da minoria católica na maior nação muçumana do mundo eram de grande importância (MAGALHÃES, 1999, p.119).

²⁷ - A cópia da carta encontra-se em anexo.

²⁸ - Esse grupo do Exército queria liquidar politicamente Habibie e Wiranto, os dois ex-seguidores do general Suharto que aderiram à democratização e que estavam pondo em causa os poderes e benefícios do exército e de seus oficiais e generais.

²⁹ - Ao mesmo tempo em que as campanhas de terror que faziam parte da *Operasi Sapu Jagad* iam aumentando, os militares indonésios buscavam por em confronto as milícias pró-integração e as Falintil, tentando dar origem a uma segunda “guerra civil” entre os timorenses, que justificasse a imprescindibilidade da presença militar indonésia, para que os timorenses não matassem uns aos outros. Essa estratégia, no entanto, não deu certo, em função da moderação e da capacidade de diálogo de Xanana Gusmão e da disciplina das FALINTIL (MAGALHÃES, 1999).

³⁰ - A maioria dos timorenses pró-independência, como o vice-presidente do CNRT, Ramos Horta, apoiava essa visão. Segundo ele, “Portugal negotiated and signed what it considered to be the maximum possible”; e “if it would have been possible, diplomatically and politically, to take from Indonesia the responsibility of security, in the New York Agreement, Portugal would have done it” (GORJAO, 2001).

³¹ - Em 4 de setembro, os estrangeiros começaram a ser evacuados. Os últimos funcionários da ONU saíram no dia 14.

³² - Até então, as forças especiais do exército indonésio – que colaboraram com as milícias que massacraram a população timorense após resultado do plebiscito em 1999 – recebiam apoio e treinamento dos Estados Unidos. É importante destacar que essa decisão dos Estados Unidos foi seguida pela Nova Zelândia, assim como pelo embargo de armas imposto pela União Européia e pela suspensão da venda de aeronaves por parte do governo inglês.

³³ - Por outro lado, existia uma forte determinação por parte da Austrália e de alguns membros do Conselho – como Estados Unidos e Inglaterra – de que a força internacional deveria ter a autoridade do capítulo VII da Carta da ONU para tomar todas as medidas necessárias para realizar esse mandato de restauração da paz e da segurança no Timor Leste, e para facilitar operações de assistência humanitária.

³⁴ - International Force for East Timor.